

Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá/PR

Autos n. 0027761-31.2023.8.16.0017, de Recuperação Judicial

Auxilia Consultores Ltda., representada por *Henrique Cavalheiro Ricci*, administradora judicial nomeada nos presentes autos de Recuperação Judicial, movidos por **Construserv Serviços Gerais Ltda.**, já qualificada, comparece perante Vossa Excelência, informar o que segue.

1. DO RESULTADO DA ASSEMBLEIA EM CONTINUAÇÃO DA 2ª CONVOCAÇÃO

Plano de Recuperação Judicial aprovado

Em 13/02/2025 foi realizada a Assembleia Geral de Credores (AGC) em continuidade àquela instalada em 2ª convocação, a qual pode ser consultada por meio da plataforma do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=tpBnRhIGiLU&t=8860s>.

Diante disso, requer-se a juntada dos documentos correlatos à AGC, quais sejam, ata da assembleia geral (anexo 1), laudo de credenciamento (anexo 2), laudo de votação (anexo 3), ressalvas apresentadas pelos credores (anexos 4) e transcrição das mensagens enviadas pelo chat da plataforma (anexo 5).

Observa-se, a partir da análise dos documentos anexados, que o PRJ acostado ao ev. 103.2¹ e modificado ao ev. 364.2 e 368.2, destes autos, atingiu o quórum de aprovação previsto no art. 45 da Lei 11.101/2005, conforme o laudo de votação abaixo:

¹ Por nós analisado ao ev. 164.2.

Classe I - Trabalhista		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	6 (100%)	98.194,97(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	6	98.194,97

Classe III - Quirografário		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	4 (80%)	1.528.948,66(51.91%)
Total NÃO:	1 (20%)	1.416.311,31(48.09%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	5	2.945.259,97

Classe IV - Microempresa		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	3 (100%)	595.013,79(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	3	595.013,79

Sendo o que tinha a informar para o momento, submeto o resultado para análise e ponderação deste d. Juízo.

A seguir, apresentaremos nossas considerações a respeito do modificativo ao PRJ apresentado em ev. 358.2 pela Devedora, que parece demandar o devido **controle de legalidade** a ser exercido por este d. Juízo.

2. DA ANÁLISE DO MODIFICATIVO AO PRJ APRESENTADO E NECESSÁRIO CONTROLE DE LEGALIDADE

Plano de Recuperação Judicial aprovado

Nos eventos 364.2 e 368.2 destes autos, a Devedora anexou dois modificativos ao Plano de Recuperação Judicial, originalmente apresentado ao ev. 103.2. Esses modificativos introduziram alterações nas condições de pagamentos dos credores classificados na Classe I – Trabalhistas, e nas subclasses dos denominados credores financiadores.

I. Alterações nas condições de pagamento da Classe I - Trabalhista

As mudanças para a **Classe I - Trabalhista** estabelecem as seguintes condições:

- i. 4.1.1 – Os créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, até o limite de cinco salários mínimos, serão pagos em 30 dias, contados da decisão judicial que homologar o PRJ, acrescidos por TR + 1% ao ano, desde a data do pedido de recuperação, até o início do cumprimento do plano;
- ii. 4.1.2 – Os créditos incontroversos, limitados a 150 salários mínimos, serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela no 30º dia útil dia do mês subsequente ao dia da decisão judicial que homologar o PRJ, acrescidos por TR + 1% ao ano, desde a data do pedido de recuperação, até o início do cumprimento do plano.

Essas condições atendem ao disposto no art. 54, *caput* e § 1º da Lei 11.101/2005 ao prever o pagamento em até trinta dias dos créditos estritamente salariais, bem como o pagamento dos créditos trabalhistas em até um ano. Referida alteração ajusta as condições inicialmente previstas no PRJ de ev. 103.2 e que fora objeto de destaque no relatório ao plano apresentado por esta Administração Judicial de seq. 164.2.

II. Alterações quanto às condições dos credores parceiros/financiadores

O PRJ apresentado em ev. 103.2, como destacado anteriormente, criou uma subclasse denominada Credores Financiadores, estabelecendo condições genéricas para credores que colaborassem ao longo da RJ por meio do fornecimento de bens, serviços e/ou crédito.

No modificativo apresentado em ev. 364.2 foram inseridas condições específicas para as **instituições financeiras**, alterando, neste ponto, os critérios de pagamento por meio do modificativo de ev. 368.2.

As mudanças promovidas pelos modificativos, para os **Credores Financiadores** (com

exceção das instituições financeiras), consistem nas seguintes condições gerais:

- i. 8.1 – As condições previstas neste capítulo/subclasse destinam-se aos fornecedores de bens, serviços ou créditos que continuarem a provê-los ao longo do processo de recuperação judicial, de acordo com a necessidade/utilizada da Devedora;
- ii. 8.2 - Todos os credores relacionados nas Classes III e IV poderão figurar como Credor Financiador.

Já em relação aos **Credores Financiadores – Instituições Financeiras**, os modificativos criaram as seguintes condições:

- i. 8.6.1 – Instituições financeiras que, posteriormente à data do pedido da RJ, cumprirem as condições estabelecidas no item 8.6.2, farão jus ao pagamento previsto no item 8.6.3;
- ii. 8.6.2 – As instituições deverão disponibilizar à Devedora taxas semelhantes às praticadas às empresas que não estão em RJ e disponibilizar os seguintes serviços: (i) gerenciamento e processamento de folha de pagamento; (ii) movimentação e cobrança de títulos escriturais, (iii) fornecimento de sistema de pagamento eletrônico, (iv) conta salário e conta corrente para todos os colaboradores da Devedora, (v) seguro de vida para os colaboradores da Devedora e (vi) convênio de vale alimentação;
- iii. 8.6.3 – As condições de pagamento a esses credores será de: 84 parcelas mensais, sem deságio, com carência de 12 meses, acrescidas por TR + 1% de juros ao mês, com a manutenção das garantias originais.

No relatório do PRJ apresentado por esta AJ em ev. 164.2, foi mencionado que a criação desta “subclasse” foi considerada como válida pelo e. STJ, desde que se estabeleça critérios objetivos que abranja todos os credores de forma homogênea.

Foi destacado, ainda, que esse capítulo do PRJ submetido pela Devedora possuía disposições bastante genéricas e aleatórias, sem se estabelecer critérios seguros quanto a adesão dos credores como fornecedores.

Da análise dos modificativos apresentados, as novas condições propostas aos demais credores financeiros nos remetem ainda a algumas indagações: i) há a necessidade da aprovação pela Devedora do pedido de adesão a este benefício? li) a forma de pagamento do credor financiador (com exceção às instituições financeiras) será feita de qual maneira? iii) o que acontece se a Devedora e o credor financiador não chegarem em um acordo quanto a negociação do pagamento?

As incertezas interpretativas e a própria incompletude das cláusulas do plano que disciplinam a figura do credor parceiro desafia o controle de legalidade, a fim de se preservar o entendimento consolidado no STJ, como também para preservar a isonomia no tratamento entre credores.

III. Pontos destacados no relatório ao plano de recuperação judicial que desafiam controle de legalidade

Além da necessidade de controle de legalidade mencionada no item anterior, no que se refere à possibilidade de estabelecer regras mais genéricas para a adesão à condição de credor parceiro, reapresentam-se, a seguir, os demais pontos destacados em nosso relatório sobre o PRJ, anexado no evento 164.2:

- i. Item VII da cláusula 9.13, que estabelece que os credores não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial estão impedidos de negativar ou inscrever qualquer sociedade do Grupo nos órgãos de proteção ao crédito;
- ii. Cláusula 9.16 do PRJ, que prevê período de tolerância ao descumprimento das disposições do plano; e,
- iii. Cláusula 10.4, que prevê o encerramento da recuperação judicial, dispensando-se o período de supervisão bienal.

Diante do exposto, o conteúdo do PRJ consolidado pelo modificativo apresentado no evento 368.2 parece demandar a análise deste d. Juízo para o controle judicial de legalidade.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, requeremos a juntada dos documentos mencionados anteriormente (ata, laudo de credenciamento, ressalvas e transcrição do chat).

Ademais, tendo em vista a aprovação do PRJ, assim como a apresentação de CNDs pela Devedora (ev. 369), opinamos favoravelmente à concessão da recuperação judicial à Devedora, após controle de legalidade do modificativo do PRJ aprovado em AGC, nos termos acima.

No mais, seguimos à disposição.

Maringá/PR, 17 de fevereiro de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.939

HR
FK

AC



[Handwritten signature]

JP

**ATA DA CONTINUAÇÃO DA 2ª. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE
CREDORES DE CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS, REALIZADA EM 13 DE
FEVEREIRO DE 2025.**

Aos 13 (treze) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte cinco), às 8h (oito horas), a Administradora Judicial AUXILIA CONSULTORES, representada pelo Dr. Henrique Cavalheiro Ricci (OAB/PR n. 35.939), da Recuperação Judicial de CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS (CNPJ: 02.412.787/0001-24), que tramita perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá, Estado do Paraná, autos nº 0027761-31.2023.8.16.0017, iniciou o credenciamento eletrônico, por intermédio da Plataforma Digital ASSEMBLEX, dos credores que se habilitaram a participar do conclave, em 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO EM CONTINUAÇÃO, consoante a LISTA DE PRESENÇA em anexo **(DOC. 01 - Lista de Presença)**, parte integrante desta.

Dando sequência, em ambiente virtual, nos termos acima descritos, e com a presença dos representantes da Devedora e dos Credores e seus Representantes legais/Mandatários, o representante da Administradora Judicial, Sr. Henrique Cavalheiro Ricci, tendo assumido a PRESIDÊNCIA do ato, conforme art. 37, da LREF, deu início aos trabalhos, às 9:00 (nove) horas, cuja ordem do dia referiu-se à (a) aprovação, rejeição ou modificação, pelos credores, do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Devedora, encartado ao mov. 103.2 dos autos, também disponível para acesso no website da Administradora Judicial (https://auxiliaconsultores.com.br/cliente_r.php?id=57); (b) deliberação acerca da apresentação de plano alternativo de credores, em caso de não aprovação do PRJ; (c) constituição ou não de Comitê de Credores; e (d) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores (art. 35, inciso I, alínea "f", da Lei n. 11.101/05).

Ato contínuo, o PRESIDENTE solicitou a colaboração dos credores para assinatura da Ata ao final do ato, sendo eles, Dra. Natália Giovana da Silva Flora pela Classe I e IV, e Dr. Fellipe Thiago Maximo e Dr. Felipe Riyusho Talavera Koyama pela Classe III.

Na oportunidade, o PRESIDENTE destacou que o rito estava sendo gravado e transmitido simultaneamente na Plataforma do YouTube (link: <https://www.youtube.com/watch?v=asun1zoUJKg>) disponibilizado no sítio eletrônico da Administradora Judicial, possibilitando, assim, o acompanhamento por

HR
FK

AC



[Handwritten signature]

JP

todos os interessados. Além disso, foi destacado que os credores poderiam pedir a palavra, via mensagem de texto, na plataforma de acompanhamento e que esta seria cedida em momento oportuno.

Então, o PRESIDENTE da AGC, considerando o meio virtual de realização do conclave, nomeou como secretário o Dr. João Pedro Paião Borri, OAB/PR 117.636, visando dar celeridade e organização ao conclave. NENHUM dos credores presentes se opôs, renunciando esses, expressamente, ao disposto no *caput* do art. 37 da Lei nº 11.101/05.

Em seguida, o PRESIDENTE da AGC apresentou a mesa diretora dos trabalhos, presidida por ele propriamente, e composta pelo Secretário nomeado para o ato, demais membros de sua equipe e pelo representante da Devedora, Dr. André Lawall Casagrande (OAB/PR 50.866).

O PRESIDENTE indagou ao representante da Devedora se o modificativo apresentado em ev. 358.2 dos autos se tratava de versão consolidada do Plano de Recuperação Judicial e o Dr. André destacou que se tratava de versão consolidada.

Ato contínuo, indagou aos presentes se seriam conhecedores ou possuidores de ordem judicial proferida em caráter de urgência afeta ao conclave, INEXISTINDO qualquer manifestação.

Dando prosseguimento, o PRESIDENTE passou a palavra ao representante da Devedora, Dr. André Lawall Casagrande, para que abordasse as questões que se fizessem pertinentes.

O advogado da Devedora apresentou uma breve explanação sobre a atuação da devedora e os motivos que a levou à crise vivenciada nos dias atuais e a opção pelo ajuizamento da recuperação judicial para a manutenção da atividade de empresa.

Apresentou um breve relato sobre os principais andamentos do processo, como a indicação do primeiro plano de recuperação judicial, verificação de crédito e assembleia geral de credores e que, após análise destes atos, optaram pela apresentação de um modificativo ao PRJ para melhor atender os interesses e condições do feito recuperacional.

Passou a expor a proposta de pagamento de cada classe, ressaltando as principais

HR
FK

AC



[Handwritten signature]

JP

alterações:

Classe I – créditos limitados até 150 Salários Mínimos – os créditos estritamente salariais, limitados a 05 salários mínimos serão pagos em 30 dias contados da decisão judicial que homologar o PRJ. Os demais créditos serão pagos em 12 parcelas mensais e sucessivas, contados da decisão judicial que homologar o PRJ.

Classe II – na eventualidade de existir créditos com garantia real serão pagos da mesma forma que os quirografários.

Classe III – até 10 mil reais serão pagos a integralidade do crédito, em uma única parcela, no prazo de 30 dias contados da intimação da decisão judicial que homologar o PRJ. Os credores com crédito superior a 10 mil reais serão pagos com deságio de 80%, em 204 parcelas iguais e sucessivas, com prazo de carência de 36 meses, com acréscimo da correção pela TR e juros de 1% ao ano.

Classe IV – ME e EPP: até 10 mil reais serão pagos a integralidade do crédito, em uma única parcela, no prazo de 30 dias contados da intimação da decisão judicial que homologar o PRJ. Os credores com crédito superior a 10 mil reais serão pagos com deságio de 80%, em 204 parcelas iguais e sucessivas, com prazo de carência de 36 meses, com acréscimo da correção pela TR e juros de 1% ao ano.

Em seguida, passou a expor as condições de pagamentos aos Credores Financiadores, previstas no Capítulo 8 do PRJ:

- Credores parceiros/financiadores: proposta destinada àqueles credores que mantenham o fornecimento de produtos e créditos à devedora.
- Os Credores extraconcursais poderão aderir ao plano e receber seus créditos da mesma maneira das condições previstas no plano.
- Credor parceiro instituição financeira: proposta destinada àqueles que colaborarem por meio de concessão de crédito, repactuação de contratos que não estejam sujeitos à RJ, concessão de vantagens bancárias na oferta de serviços e condições. Em resumo, receberão o crédito em 84 parcelas, com carência de 12 meses, com atualização pela TR + 1% ao mês.

Ressaltou, por fim, a necessidade de indicação dos dados bancários pelos credores à devedora, na forma da cláusula 10.5 do PRJ.

Em seguida, após a exposição da proposta de pagamento para todas as classes,

HR
FK

AC



[Handwritten signature]

JP

solicitou que o Plano e o seus modificativos fossem colocados em votação.

O PRESIDENTE da AGC questionou aos credores se possuíam alguma ressalva ou dúvida sobre o plano e modificativos apresentados. O Credor Bradesco indagou qual o meio para enviar as ressalvas, tendo o PRESIDENTE informado o e-mail para encaminhá-las.

Ato contínuo, o PRESIDENTE da AGC indagou ao representante da devedora se os credores parceiros e financiadores poderão aderir à proposta posteriormente à aprovação do plano, o qual esclareceu que sim, desde que atenda o binômio interesse e necessidade da devedora.

Por fim, o PRESIDENTE indagou novamente se haveria alguma dúvida dos credores acerca da proposta do plano que foi explanado, não havendo manifestação dos credores.

Em seguida, passou a palavra à equipe da ASSEMBLEX para que passasse a explicar o procedimento para votação aos credores, os quais foram, então, direcionados ao ambiente virtual de deliberação.

Passou-se à deliberação do PRJ e modificativos apresentados.

Após, encerrada a votação, o Presidente anunciou o resultado, tendo o Plano de Recuperação Judicial sido **APROVADO**, com a obtenção da seguinte adesão por parte dos credores:

HR
FK

AC



JP

Classe I - Trabalhista		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	6 (100%)	98.194,97(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	6	98.194,97
Classe III - Quirografário		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	4 (80%)	1.528.948,66(51.91%)
Total NÃO:	1 (20%)	1.416.311,31(48.09%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	5	2.945.259,97
Classe IV - Microempresa		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	3 (100%)	595.013,79(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	3	595.013,79

A Credora Caixa Econômica Federal apresentou ressalvas no campo de justificativas, incluídas no momento do voto, bem como o Credor Bradesco apresentou ressalvas por e-mail destinado à Administradora Judicial.

Seguindo a previsão do Edital de convocação, o PRESIDENTE indagou aos credores se haveria interesse na constituição do comitê, não havendo interesse por nenhum dos credores interessados.

Ainda, também em obediência ao Edital, o PRESIDENTE indagou aos credores se haveria alguma outra questão ou matéria que os credores tivessem interesse em deliberar, sendo que, igualmente, não houve manifestação por nenhum dos credores.

Inexistindo outras ressalvas além das já indicadas acima, os trabalhos foram conduzidos para seu encerramento, tendo o Secretário promovido a leitura desta Ata, que, aprovada por unanimidade entre os presentes, segue assinada digitalmente na forma do art. 37, § 7º, da Lei 11.101/2005.

Assim, não havendo nada mais a tratar, o PRESIDENTE declarou encerrados os trabalhos às 10h33min

HR
FK

AC



[Handwritten signature]

JP

Maringá/PR, 13 de fevereiro de 2025.

Administradora Judicial:

Henrique Ricci
AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci, OAB/PR 35.939

Secretário:

João Borri
João Pedro Paião Borri, OAB/PR 117.636

Advogado da Devedora:

André Casagrande
André Lawall Casagrande, OAB/PR 50.866

Credores - Classe I (Trabalhistas)

Natália Almeida
Carlos Eduardo Cabral de Almeida
Natália Giovana da Silva Flora

Natália Valério
Luiz Guilherme Valério
Natália Giovana da Silva Flora

Credores - Classe III (Quirografária)

[Handwritten signature]
Banco do Bradesco S/A
Fellipe Thiago Maximo

Felipe Koyama
Black Partiners Miruna Fundo de Investimento em Direito Creditório
Felipe Riyusho Talavera Koyama

HR
FK

AC



JP

Credores - Classe IV (ME e EPP)

Natalia F
Cabear Soluções Tecnológicas Ltda.
Natália Giovana da Silva Flora

Natalia F
Orca Serviços Auxiliares Ltda.
Natália Giovana da Silva Flora

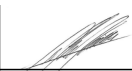
Página de assinaturas



Henrique Ricci
005.435.369-63
Signatário



Natalia Flora
110.818.849-40
Signatário



Felipe Maximo
072.278.759-62
Signatário



João Borri
067.193.699-97
Signatário







André Casagrande
311.668.518-50
Signatário



Felipe Koyama
387.145.088-00
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|--|---|---|
| <p>13 fev 2025
10:40:53</p> |  | <p>Assemblex LTDA criou este documento. (Empresa: Assemblex LTDA, CNPJ: 24.092.269/0001-03, Email: contato@assemblex.com.br, CPF: 345.218.128-64)</p> |
| <p>13 fev 2025
10:41:06</p> |  | <p>Henrique Cavalheiro Ricci (Email: henrique@auxiliaconsultores.com.br, CPF: 005.435.369-63) visualizou este documento por meio do IP 191.24.50.190 localizado em Maringá - Paraná - Brazil</p> |
| <p>13 fev 2025
10:41:11</p> |  | <p>Henrique Cavalheiro Ricci (Email: henrique@auxiliaconsultores.com.br, CPF: 005.435.369-63) assinou este documento por meio do IP 191.24.50.190 localizado em Maringá - Paraná - Brazil</p> |
| <p>13 fev 2025
10:42:20</p> |  | <p>André Lawall Casagrande (Email: andrecasagrande@fmadvoc.com.br, CPF: 311.668.518-50) visualizou este documento por meio do IP 45.71.105.54 localizado em Maringá - Paraná - Brazil</p> |



- 13 fev 2025**
10:42:25  **André Lawall Casagrande** (Email: andrecasagrande@fmadvoc.com.br, CPF: 311.668.518-50) assinou este documento por meio do IP 45.71.105.54 localizado em Maringá - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:20  **Natalia Giovana da Silva Flora** (Email: nataliasilva.adv@hotmail.com, CPF: 110.818.849-40) visualizou este documento por meio do IP 179.182.90.66 localizado em Londrina - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:24  **Natalia Giovana da Silva Flora** (Email: nataliasilva.adv@hotmail.com, CPF: 110.818.849-40) assinou este documento por meio do IP 179.182.90.66 localizado em Londrina - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:21  **Fellipe Thiago Maximo** (Email: fellipe@denionovaes.adv.br, CPF: 072.278.759-62) visualizou este documento por meio do IP 191.177.136.44 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:33  **Fellipe Thiago Maximo** (Email: fellipe@denionovaes.adv.br, CPF: 072.278.759-62) assinou este documento por meio do IP 191.177.136.44 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:07  **João Pedro Paião Borri** (Email: juridico2@auxiliaconsultores.com.br, CPF: 067.193.699-97) visualizou este documento por meio do IP 191.24.50.190 localizado em Maringá - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:41:34  **João Pedro Paião Borri** (Email: juridico2@auxiliaconsultores.com.br, CPF: 067.193.699-97) assinou este documento por meio do IP 191.24.50.190 localizado em Maringá - Paraná - Brazil
- 13 fev 2025**
10:45:04  **Felipe Riyusho Koyama** (Email: felipe@mbsadv.com, CPF: 387.145.088-00) visualizou este documento por meio do IP 177.9.53.250 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil
- 13 fev 2025**
10:46:22  **Felipe Riyusho Koyama** (Email: felipe@mbsadv.com, CPF: 387.145.088-00) assinou este documento por meio do IP 177.9.53.250 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil





Laudo de Credenciamento
CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS - Continuidade 13/02/2025

Maringa/PR, 13/02/2025

Total Geral

Total de Credores: **68** / Total de Presentes: **14**

20.59% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: **7.360.767,52** / Total do valor dos Presentes: **3.638.468,73**

49.43% dos valores Presentes

Classe I - Trabalhista

Total de Credores: **27** / Total de Presentes: **6**

22.22% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: **391.994,25** / Total do valor dos Presentes: **98.194,97**

25.05% dos valores Presentes

Classe III - Quirografário

Total de Credores: **21** / Total de Presentes: **5**

23.81% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: **5.303.553,92** / Total do valor dos Presentes: **2.945.259,97**

55.53% dos valores Presentes

Classe IV - Microempresa

Total de Credores: **20** / Total de Presentes: **3**

15% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: **1.665.219,35** / Total do valor dos Presentes: **595.013,79**

35.73% dos valores Presentes

Presentes 14

Classe I - Trabalhista

NOME

Procurador

Modo de
Participação

CRÉDITOS

CARLOS EDUARDO CABRAL DE ALMEIDA	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	13.677,71
DEJAIR OLIVEIRA DOS SANTOS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	14.527,48
EDMAICON ALEXANDRO COUTINHO	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	11.237,61
IGOR ROMIJN DE ANDRADE	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	13.780,28
LUIZ GUILHERME VALERIO	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	19.714,20
MARCELO PIERGENTILE SILVA	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	25.257,69

Classe III - Quirografário

NOME	Procurador	Modo de Participação	CRÉDITOS
C K KAMURA COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	18.832,21
VIEIRA & NOZIMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	22.500,00
BRDESCO S.A	FELLIPE THIAGO MAXIMO	VIRTUAL	712.686,35
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LAILA WALTER	VIRTUAL	1.416.311,31
BLACKPARTNERS MIRUNA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	FELIPE RIYUSHO TALAVERA KOYAMA	VIRTUAL	774.930,10

Classe IV - Microempresa

NOME	Procurador	Modo de Participação	CRÉDITOS
CABEAR SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	21.000,00
ORCA SERVICOS AUXILIARES LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	491.717,43
WESLLEY DE ASSIS MORAIS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	VIRTUAL	82.296,36

Total em créditos: 3.638.468,73



Laudo de Votação
CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS - Continuidade 13/02/2025

Maringá/PR, 13/02/2025

Você Aprova O Plano De Recuperação Judicial? - Plano de recuperação

Total Geral

Total SIM: 13 (92.86%) de 14 | 2.222.157,42 (61.07%) de 3.638.468,73

Total NÃO: 1 (7.14%) de 14 | 1.416.311,31 (38.93%) de 3.638.468,73

Total Abstenção: 0 (0%) de 14 | 0,00 (0%) de 3.638.468,73

Classe I - Trabalhista

Total de Votos Cabeça

Total de Votos Créditos

Total SIM: 6 (100%) 98.194,97(100%)

Total NÃO: 0 (0%) 0,00(0%)

Total Abstenção: 0 (0%) 0,00(0%)

Total Considerado na Classe: 6 98.194,97

Classe III - Quirografário

Total de Votos Cabeça

Total de Votos Créditos

Total SIM: 4 (80%) 1.528.948,66(51.91%)

Total NÃO: 1 (20%) 1.416.311,31(48.09%)

Total Abstenção: 0 (0%) 0,00(0%)

Total Considerado na Classe: 5 2.945.259,97

Classe IV - Microempresa

Total de Votos Cabeça

Total de Votos Créditos

Total SIM: 3 (100%) 595.013,79(100%)

Total NÃO: 0 (0%) 0,00(0%)

Total Abstenção: 0 (0%) 0,00(0%)

Total Considerado na Classe: 3 595.013,79

Você Aprova O Plano De Recuperação Judicial? - Plano de recuperação

Classe I - Trabalhista

Votos

Nome	Procurador	Créditos	Voto
CARLOS EDUARDO CABRAL DE ALMEIDA	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	13,677.71	Sim
DEJAIR OLIVEIRA DOS SANTOS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	14,527.48	Sim

EDMAICON ALEXANDRO COUTINHO	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	11,237.61	Sim
IGOR ROMIJN DE ANDRADE	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	13,780.28	Sim
LUIZ GUILHERME VALERIO	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	19,714.20	Sim
MARCELO PIERGENTILE SILVA	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	25,257.69	Sim

Classe III - Quirografário

Votos			
Nome	Procurador	Créditos	Voto
BLACKPARTNERS MIRUNA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	FELIPE RIYUSHO TALAVERA KOYAMA	774,930.10	Sim
BRADESCO S.A	FELLIPE THIAGO MAXIMO	712,686.35	Sim
C K KAMURA COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	18,832.21	Sim
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LAILA WALTER	1,416,311.31	Não
VIEIRA & NOZIMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	22,500.00	Sim

Classe IV - Microempresa

Votos			
Nome	Procurador	Créditos	Voto
CABEAR SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	21,000.00	Sim
ORCA SERVICOS AUXILIARES LTDA.	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	491,717.43	Sim
WESLEY DE ASSIS MORAIS	NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA	82,296.36	Sim



Justificativas incluídas no momento do Voto!

Justificativas feitas por Procuradores!

Enquete	Procurador	
Você Aprova O Plano De Recuperação Judicial?	FELLIPE THIAGO MAXIMO	
Credores	Classe	Voto
BRADESCO S.A	Quirografário	Sim
Justificativa		
<p>Comparece o Banco Bradesco e seu conglomerado votando favorável a PRJ na condição de “8.6. CREDOR PARCEIRO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS”, pois deu condições diferenciadas de recebimento de seus créditos não sujeitos à Recuperação Judicial (Extraconcursais) propiciando a recuperanda negociação similares a do PRJ na condição de credor parceiro financeiro deixando bens alienados na posse da empresa, renegociando a dívida de forma que atenda o fluxo de resultado da empresa e dando condições a manutenção de suas atividades, dentro de uma equidade possível assumindo riscos com o apoio conforme transação efetuada na impugnação em face da empresa.</p> <p>Mesmo votando favorável as condições econômicas que não apresenta ilegalidade alguma, não concorda apenas com relação às cláusulas que impedem ou suspendem as garantias pessoais e reais, devendo ficam preservadas, ou seja, o direito do credor em buscar o recebimento de seu crédito em face das garantias contratuais e dos coobrigados/avalistas/devedores solidários devendo ser aplicada somente aos credores que votaram favoráveis, sem objeções às mesmas (cláusulas 9.2, 9.10, 9.11 e 9.13). De igual forma a cláusula 9.16 que insere condições de caracterização de descumprimento do plano alheias no que dispões a Lei 11.101/2005, devendo igualmente ser aplicável somente quem votou favorável sem objeção pontual à mesma.</p> <p>Vale o presente voto como termo de adesão a condição de Credor Parceiro – Instituições Financeiras, cláusula 8.6.</p>		

Enquete	Procurador	
Você Aprova O Plano De Recuperação Judicial?	LAILA WALTER	
Credores	Classe	Voto
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Quirografário	Não
Justificativa		
<p>I. A CAIXA não concorda com qualquer tipo de novação, suspensão, extinção de exigibilidade de seus créditos perante coobrigados, fiadores, avalistas, garantidores em geral, reservando-se no direito de ajuizar ou prosseguir com a cobrança judicial pelo valor integral dos seus créditos em face destes, nos</p>		

termos do art. 49, §1º, da Lei 11.101/2005;

I. A CAIXA discorda da extinção das execuções judiciais e da liberação de penhoras e constrições legalmente constituídas, se for o caso;

I. A CAIXA discorda da baixa dos protestos e cadastros restritivos de crédito em face dos sócios e/ou administradores (atuais e passados) e/ou garantidores;

I. A CAIXA discorda da votação de novo plano de recuperação judicial ou contraproposta ao plano de recuperação judicial vigente sem a concessão de tempo hábil (pelo menos 30 dias) para análise e governança interna, fato que última seu voto pela rejeição do plano de recuperação judicial, sem manifestação de mérito;

I. A CAIXA ressalva que, a fim de que possa deliberar adequadamente em seus órgãos internos de governança pela aprovação ou rejeição de qualquer minuta ou versão de plano de recuperação judicial apresentado nos autos, seja um plano consolidado ou um plano individual de qualquer Recuperanda, precisa de pelo menos 30 dias contados da data de sua apresentação nos autos;

I. Em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas no PRJ, a presente RJ deverá ser convolada em falência, conforme os preceitos da Lei 11.101/05;

I. A CAIXA não renuncia às garantias vinculadas aos contratos objeto dos créditos relacionados na RJ;

I. A CAIXA não concorda com cláusulas que preveem alienação de bens do ativo permanente sem a necessidade de autorização judicial ou dos credores, a partir da aprovação do PRJ, conforme previsto no art. 66 da lei 11.101/05;

09:09:35 De Fellipe Thiago Maximo : ok
09:09:45 De Natalia Flora : Sim
09:09:45 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : De acordo
09:10:08 De Diego Thomas - Assemblex LTDA :
<https://youtube.com/live/tpBnRhIGiLU?feature=share>
09:38:58 De Fellipe Thiago Maximo : ressalvas posso encaminhar por e-mail?
09:39:18 De Henrique Cavalheiro Ricci : contato@auxiliaconsultores.com.br
09:46:57 De Fellipe Thiago Maximo : ressalvas envidas por e-mail
09:47:17 De Fellipe Thiago Maximo : e inseridas no campo de voto
09:47:46 De Renata Mesquita : Reacted to "e inseridas no campo..." with 👍
10:24:59 De André Lawall Casagrande : Dr. Henrique, favor alterar a condição de pagamento dos créditos da C1 - até 5 salários mínimos em 30 dias, o restante em 12x...como está no PRJ...
10:27:58 De Henrique Cavalheiro Ricci : ok
10:42:57 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : Eu não recebi, doutor
10:43:02 De NATALIA GIOVANA DA SILVA FLORA : Eu que agradeço!
10:43:11 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : Não recebi o e-mail par assinatura
10:44:08 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : Sem problemas. No aguardo
10:44:55 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : Recebido. Vou assinar
10:46:31 De CR - Paissandu Ltd - (Felipe Riyusho T. Koyama) : Assinado